



Porto do Aço Operações S.A.

**Demonstrações financeiras Individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e
2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Porto do Açú Operações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

1 - Valor recuperável de propriedades para investimento, ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas n. 15, 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos, quando possível individualmente, e em relação à sua unidade geradora de caixa (“UGC”). Para o cálculo do valor recuperável da UGC utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: – Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro, como o crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas. – Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pela Administração. – Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável.

- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado e intangível, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

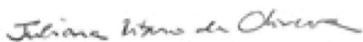
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	74.859	35.915	74.955	41.993
Caixa Restrito	6	-	48.998	-	48.998
Cientes Gerais	7	47.302	43.366	47.465	44.324
Cientes – Partes Relacionadas	7 e 19	773	3.010	923	2.900
Caixa restrito – Operação Virgo	6	2.000	-	2.000	-
Despesas antecipadas		4.068	2.346	4.068	2.390
Impostos a recuperar	8	623	1.088	1.197	2.689
Imposto de renda a recuperar	8	4.263	2.987	4.263	3.088
Estoques		5.854	5.523	5.854	5.523
Partes relacionadas – outras contas a receber	19	57.508	815	57.499	243
Outros valores a receber		4.565	3.988	4.591	3.709
Total do Ativo Circulante		201.815	148.036	202.815	155.857
Não circulante					
Cientes Gerais - LP	7	147.194	113.183	147.194	113.183
Cientes – Partes Relacionadas LP	7 e 19	85.515	69.643	85.515	69.643
Depósitos bancários vinculados		3.408	3.401	3.408	3.401
Depósitos restituíveis	10	51.396	50.430	51.396	50.430
Depósitos judiciais	11	15.258	12.129	15.258	12.768
Impostos a recuperar	8	1.093	1.373	1.093	1.373
Impostos diferidos	9	-	-	-	59
Partes relacionadas – outras contas a receber	19	593.136	596.563	593.136	596.563
Créditos com terceiros LP	13	68.682	68.682	68.682	68.682
Outras Contas a receber - LP		7.893	800	9.259	2.059
Debêntures	12	654.809	654.809	654.809	654.809
Investimentos	14	112.898	108.542	14.248	-
Propriedades para investimento	15	450.006	450.006	529.817	529.817
Imobilizado	16	2.542.674	2.605.828	2.559.396	2.629.355
Intangível	17	2.398	3.714	2.398	3.735
Ativo Diferido		-	5.564	-	-
Direito de Uso	18	9.871	17.214	9.871	17.243
Total do Ativo Não Circulante		4.746.231	4.761.881	4.745.480	4.753.120
Total do Ativo		4.948.046	4.909.917	4.948.295	4.908.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores Gerais	23	40.486	39.731	41.477	40.684
Salários e encargos a pagar		32.038	28.113	32.038	28.373
Outros impostos e contribuições a recolher	22	4.309	10.467	4.444	10.589
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	-	1.119
Passivos de arrendamento	18	5.429	7.530	5.429	7.561
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	264.995	-	264.995
Cessão de recebível securitizado	21	24.514	-	24.514	-
Partes relacionadas – contas a pagar	19	4.040	2.798	3.557	2.584
Adiantamento de clientes		627	4.424	627	4.424
Outros		-	201	-	203
		111.443	358.259	112.086	360.532
Não circulante					
Impostos e contribuições a recolher	22	31.820	11.667	31.820	11.667
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	5.154.844	-	5.154.844
Cessão de recebível securitizado LP	21	763.306	-	763.306	-
Passivos de arrendamento	18	5.472	10.785	5.472	10.785
Provisão para contingências	24	14.259	13.642	14.259	13.642
Provisão para perdas em investimentos	14	853	815	-	-
Outros passivos		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		815.710	5.191.753	815.341	5.191.422
Patrimônio líquido					
Capital social	25	9.691.941	4.385.484	9.691.941	4.385.484
Reservas de capital		21.597	246.999	21.597	246.999
Prejuízos acumulados		(5.692.645)	(5.272.578)	(5.692.645)	(5.275.642)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.020.893	(640.095)	4.020.893	(643.159)
Participação de acionistas não controladores		-	-	(25)	182
Total do patrimônio líquido		4.020.893	(640.095)	4.020.868	(642.977)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.948.046	4.909.917	4.948.295	4.908.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	26	487.574	413.834	490.762	423.680
Custo dos serviços prestados	27	(299.245)	(266.961)	(304.141)	(274.360)
Lucro bruto		188.329	146.873	186.621	149.320
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	28	(146.150)	(129.797)	(141.244)	(124.534)
Reversão/(Provisão) perdas - Depósitos restituíveis	10	(136)	(159)	(136)	(159)
Reversão/(Provisão) perdas sobre recebíveis	6 e 7	(142)	(7.570)	(142)	(7.457)
Reversão/(Provisão) de ativos ("impairment")	16	34.825	-	34.825	-
Outras receitas (despesas)		2.744	(526)	2.742	(342)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		79.470	8.821	82.666	16.828
				79.621	
Receitas financeiras		61.401	79.049	61.417	
Despesas financeiras		(560.997)	(667.636)	(561.176)	(667.852)
Resultado financeiro	29	(499.596)	(588.587)	(499.759)	(588.231)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(2.050)	276	318	-
Resultado antes dos impostos		(422.176)	(579.490)	(416.775)	(571.403)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	-	(1.119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	2.109	-	2.109	(31)
Prejuízo líquido do exercício		(420.067)	(579.490)	(414.666)	(572.553)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(420.067)	(579.490)	(414.655)	(572.550)
Acionistas não controladores		-	-	(11)	(3)
Resultado por Ação		(0,43161)	(0,42781)	(0,42605)	(0,42269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(420.067)	(579.490)	(414.666)	(572.553)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(420.067)	(579.490)	(414.666)	(572.553)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(420.067)	(579.490)	(414.655)	(572.550)
Acionistas não controladores	-	-	(11)	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital				Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS (*)	Total Patrimônio líquido consolidado	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas						
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.753.207	20.159	599.407	1.370	76	(4.693.088)	(318.869)	(10.004)	(328.873)	179	(328.694)
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(579.490)	(579.490)	6.940	(572.550)	(3)	(572.553)
Varição percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(6)	-	(6)	-	(6)	6	-
Aumento de capital – nota explicativa nº 25	-	-	258.270	-	-	-	258.270	-	258.270	-	258.270
Aumento de capital	632.277	-	(632.277)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.385.484	20.159	225.400	1.370	70	(5.272.578)	(640.095)	(3.064)	(643.159)	182	(642.977)
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(420.067)	(420.067)	5.412	(414.655)	(11)	(414.666)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.348)	2.348	(196)	(2.544)
Aumento de capital – nota explicativa nº 25	5.310.057	-	(225.400)	-	-	-	5.084.657	-	5.084.657	-	5.084.657
Redução de capital – nota explicativa nº 25	(3.600)	-	-	-	-	-	(3.600)	-	(3.600)	-	(3.600)
Varição percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.691.941	20.159	-	1.370	68	(5.692.645)	4.020.893	-	4.020.893	(25)	4.020.868

(*) – veja nota explicativa nº 3.a.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		2024	2023	2024	2023
Prejuízo líquido do período		(420.067)	(579.490)	(414.666)	(572.553)
Itens de resultado que não afetam o caixa:					
Provisão para IR e CSL		-	-	-	1.119
IR/CSL diferido		22	(2.109)	(2.109)	31
Depreciação e amortização		16 e 17	164.777	159.554	157.243
Amortização direito de uso		16, 17, 27 e 28	7.786	10.675	10.768
Amortização custo de transação		18, 27 e 28	193.660	25.610	25.610
Resultado de equivalência patrimonial		21 e 27	251	(276)	(2.117)
Variação percentual sobre venda de investimento em controlada		14	1.800	-	1.800
(Reversão)/Provisão para <i>Impairment</i>		16	(34.825)	(34.825)	-
Baixa de ativos		16 e 17	1.433	153	2.538
(Reversão)/Provisão para perda sobre recebíveis		6 e 7	142	7.570	142
Variação monetária e juros - outros		29	(54.916)	(69.320)	(54.915)
Variação monetária e juros - empréstimos		29	232.403	637.214	232.403
Fee Liquidação Empréstimos		20 e 21	108.012	-	108.012
(Reversão)/Provisão para perda depósitos restituíveis		29	136	159	136
Provisão de bônus		10	23.555	23.204	23.555
(Reversão)/Provisão para contingências		27 e 28	142	115	142
(Reversão)/Provisão de fornecedores		23	4.425	4.646	4.425
(Reversão)/Provisão de fornecedores – compras de ativos			(10.646)	(5.524)	(10.722)
Receita linear		7	(35.708)	(32.947)	(35.708)
Impostos e contribuições s/ Receita Linear			20.153	11.667	20.153
Outros			(3.614)	-	(9.914)
			196.790	196.087	189.359
					199.019
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:					
Clientes		7	(16.015)	(21.592)	(15.480)
Impostos a recuperar		8	1.578	19.143	2.765
IR e CSLL a recuperar e diferido			-	-	-
Depósitos bancários vinculados			(9)	(67)	(5)
Depósitos restituíveis		10	1.466	9.506	1.466
Depósitos judiciais		11	(2.446)	(92)	(1.807)
Partes Relacionadas – ativo e passivo		19	1.212	3.026	381
Despesas antecipadas			(5.250)	(2.423)	(5.313)
Fornecedores		23	(7.217)	8.250	(7.198)
Estoques			(331)	(3.647)	(331)
Impostos e contribuições a recolher		22	(6.158)	8.557	(7.263)
Salários e encargos a pagar		27 e 28	(19.630)	(19.531)	(19.890)
Adiantamento de clientes			(3.797)	4.214	(3.797)
Outros valores – a receber e a pagar			(446)	5.234	(776)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			139.747	206.665	132.111
					207.610
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do imobilizado		16	(59.533)	(95.239)	(61.616)
Aquisição de bens intangíveis		17	(784)	(667)	(784)
Adiantamento para futuro aumento de capital		14	(3.035)	-	-
Aumento de capital em controlada		14	(733)	(2.035)	-
Dividendos recebidos		14	1.035	2.248	1.035
Recursos provenientes na venda de controlada			7.235	-	7.235
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			(55.815)	(95.693)	(54.130)
					(96.743)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	258.270	-
Redução de capital acionista controlador			(3.600)	-	(3.600)
Caixa restrito		6	49.003	204.489	49.003
Passivo de arrendamento – principal e juros		18	(8.953)	(12.023)	(8.984)
Empréstimos liquidados com terceiros		20	-	(50.209)	-
Custo de Transação - Securitização			(12.301)	-	(12.301)
Fee Liquidação Empréstimos			(49.003)	-	(49.003)
Juros Pagos		20 e 21	-	(526.174)	-
Amortização da securitização		21	(20.134)	-	(20.134)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento			(44.988)	(125.647)	(45.019)
					(125.747)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa			38.944	(14.675)	32.962
					(14.880)
Caixa e equivalentes no início do exercício		6	35.915	50.590	41.993
Caixa e equivalentes no fim do exercício		6	74.859	35.915	74.955
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa			38.944	(14.675)	32.962
					(14.880)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. (“Porto do Açu” ou “Companhia”), situada à Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

2 Licenças e autorizações:

Licenças ou autorizações vigentes e obtidas até 31 de dezembro de 2024:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos). Renovação da LO IN034002	LO nº IN03957	21/06/2023	21/06/2035
Porto do Açu (*)	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Porto do Açu (*)	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações offshore na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN050670	25/11/2019	25/11/2021
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Certificado para atestar a inexistência de dívida financeira referente à infração ambiental, anexo (geralmente solicitamos estes certificados quando requerido por algum potencial parceiro de negócios).	CA nº IN042911	19/12/2017	Indeterminado
Porto do Açu (*)	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Porto do Açu (*)	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. Estocagem temporária de granel sólido não perigoso denominado Espodumênio na área do Canteirópolis, nas dependências do Terminal 2.	LI nº IN050940	13/01/2021	13/01/2024
Porto do Açu	Licença para implantação da Linha de Transmissão denominada LT-345 kV Subestação (SE) Complexo Subestação (SE) OSX 345 kV, com 7 km de extensão e 50 metros de faixa de servidão.	LI nº IN051690	05/10/2021	04/11/2025
Porto do Açu	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, vias de acesso e de distribuição de cargas e sistemas de utilidades.	LI nº IN051258	28/04/2021	27/04/2026
Porto do Açu	Para o manejo e transporte de fauna silvestre, visando o monitoramento da biota aquática próximo ao Pátio de Cargas Gerais na área do Complexo do Açu, em atendimento a Licença de Instalação Nº IN051258 (Processo E-07/505928/2009)	LI nº IN012936	03/03/2023	03/03/2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas.	LI nº IN006287	30/04/2021	30/04/2026
Porto do Açu (*)	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.504	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Açu (*)	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.505	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Açu	Licença para fundeio, atracação e prestação de serviços de apoio na área do Terminal de Uso Privado - TUP Molhe Sul e no canal do T2, incluindo apoio logístico e portuário (abastecimento de água e energia, fornecimento de combustíveis, materiais e produtos químicos, coleta e destinação de todos os tipos de resíduos e efluentes contidos nas embarcações); reparos, manutenção e montagem eletromecânica em embarcações (limpeza de tanques, movimentação, instalação, inspeção, reparo e testes de equipamentos, limpeza e pintura de casco), fornecimento de combustíveis; mobilização temporário (cargas gerais e químicas).	LO N° IN052580	30/12/2021	26/12/2033
Reserva Ambiental (*)	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI nº IN009339	16/06/2021	16/06/2023
Porto do Açu (*)	Autorização para extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/06/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Autoriza o manejo de fauna para a realização do monitoramento de biota aquática, obrigatório como parte do licenciamento do canal do terminal 2.	AA nº IN004240	26/08/2019	26/08/2022
Porto do Açu	Aprovação da concepção e localização do Terminal 2, planta portuária destinada à movimentação e armazenagem de cargas e produtos para importação e exportação de graneis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e carga de projeto, atividades de fabricação e montagem de máquinas, equipamentos e estruturas marítimas para indústria de produção e exploração de petróleo e gás e atividades de apoio a essas embarcações, inclusive píer de rebocadores.	LP nº IN052823	08/06/2022	07/06/2027
Porto do Açu (*)	Para manejo e transporte de fauna silvestre, visando o monitoramento da biota aquática (fitoplâncton, zooplâncton e macrofauna bentônica) no Terminal de Múltiplo Uso (T-MULT) dedicado a movimentação de graneis sólidos e carga geral, em atendimento a Licença de Operação (LO) N° IN034002 (Processo E-7/002.4604/2015)	AA nº IN011645	29/06/2022	29/03/2024
Porto do Açu	O objeto dessa licença emitida em 22/08/2023, é: para dragagem com volume de 7.428.136,00 m3 para implantação de um Canal de Navegação composto por um Canal de Acesso Marítimo Offshore e um Canal de Atracação Onshore com implantação de estruturas de atracação e demais estruturas náuticas, com alijamento em Bota Fora marinho licenciado, bem como disposição do material dragado em depósitos terrestres. Substituição da Licença LPI nº IN030901	LI IN052923	22/08/2022	20/08/2030
Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação.	OUT N° IN011479 em renovação a OUT nº IN001541	23/05/20223	23/05/2027

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Porto do Açu	Para localização, instalação e operação de um centro náutico, localizado no terminal 2 ("T2") do Porto do Açu, incluindo atalaia, praticagem, manutenção da sinalização náutica e de lanchas, rampa de acesso, base de pronto atendimento a emergências (BPAE), píer modular e base operacional dos rebocadores a ser instalada em uma área de 14.833,12 m², georreferenciada através das coordenadas UTM SIRGS 2000 fuso 24k 293130.00 m E 7578446,00 m N.	LAU nº IN11709	06/06/2022	16/02/2028
GSA	Licença para localização de futura Usina Fotovoltaica (UFV Dunas) para geração de energia solar com 220,9 MW de potência líquida declarada e de suas respectivas instalações de transmissão de interesse restrito ao empreendimento	LAU nº IN052621	26/01/2022	25/01/2027
Porto do Açu	Levantamento e manejo de fauna silvestre na área do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), visando subsidiar a elaboração do EIA/RIMA em futuros processos de licenciamento ambiental na área.	AA nº IN05257	10/10/2023	10/10/2025
Porto do Açu (*)	Licença para tamponar um poço tubular, com profundidade de 249,5 metros, para atender as diretrizes do estudo hidrogeológico confeccionado para o local. Poço t2/4 Região Hidrográfica: Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA nº IN001410	10/07/2023	10/07/2024
Porto do Açu	Licença para localização de futuro HUB de Hidrogênio e Derivados de Baixo Carbono, incluindo unidades de produção de hidrogênio, amônia e metanol de baixo carbono e utilidades acessórias.	LP Nº IN006946	26/01/2024	26/01/2029
Porto do Açu	Para a instalação de obras para adequações operacionais em um ponto de abastecimento de combustível, com o objetivo de ampliar a pista de abastecimento, instalado em um terreno de 14.224.728,00 m²,	LI Nº IN100438	22/08/2024	22/08/2027
Porto do Açu	Para instalação e operação de área destinada ao recebimento, estocagem e movimentação de cargas dos tipos graneis sólidos diversos, não perigosos e perigosos, carga geral, cargas de projeto e contêineres, contendo galpões multiuso e suas respectivas manutenções, em uma área de 34.162,64 m², denominadas Glebas 2, 3, 8 e 9.	LAU Nº IN007323	26/03/2024	26/03/2034
Porto do Açu	Para a localização e implantação de dutos para transferência de efluentes líquidos tratados e bacia de acumulação de efluente tratado, para reuso com fins não potáveis, composta por três tanques de 25.000 litros, em uma área de 160 m²	LAI Nº IN100390	22/08/2024	22/08/2030
Reserva Ambiental	Para Implantação do Projeto Executivo de Restauração Florestal.	AA Nº IN099995	15/07/2024	15/07/2026
Reserva Ambiental	Inexigibilidade de licença ambiental para o funcionamento de uma usina de compostagem	CA Nº IN011891	06/05/2022	Indeterminado
Porto do Açu (*)	Concepção, localização e implantação de parcelamento de solo rural privado para uso residencial de ocupação permanente, de médio e baixo padrão em área de 450 hectares	LPI Nº IN016819/AVB Nº 001377	07/06/2011	07/06/2024
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A.	Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de água no Porto do Açu composto por poços de captação denominados T2/1, T2/2, T2/3, T2/4, T2/5, PMM e Cantéirópolis; rede de distribuição com 10km de extensão e reservatório de água do sistema T2 (capacidade de 4.100 m³).	LO Nº IN013370	16/06/2023	16/06/2033
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A.	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra, para fim de consumo industrial.	OUTORGA Nº 705	28/03/2024	28/03/2027
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A. (*)	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra, para fim de consumo humano.	OUTORGA Nº 794	10/04/2024	10/04/2024
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A.	Autorizando a extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	OUT Nº IN010339	08/08/2021	08/10/2026

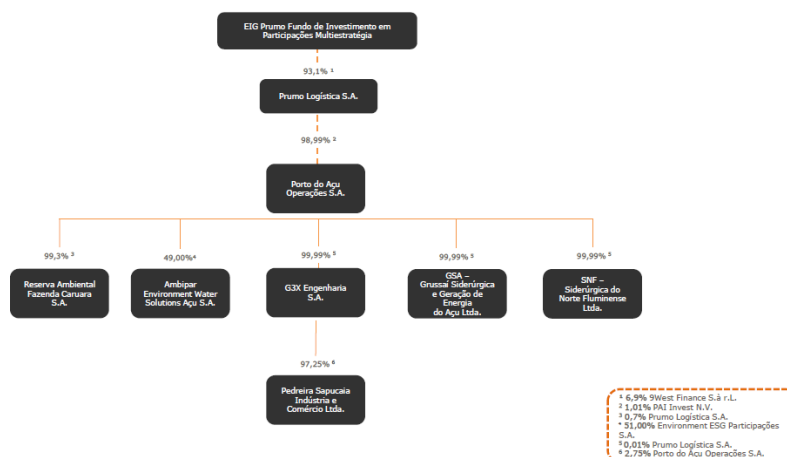
(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Empresas do grupo:

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2024	2023
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
GSA - Grussaí Siderúrgica e Geração de Energia do Aço S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Ambipar Environment Water Solutions Aço S.A. ("Water Solutions", antiga "Águas Industriais") *	Brasil	49,00%	100,00%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,30%	99,24%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%

Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%



Além da Porto do Aço, a controlada Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e a coligada Ambipar Environment Water Solutions Aço S.A. ("AEWS") se encontram em operação. A controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas, por estratégia da Controladora, não possuem atividades operacionais.

Em continuidade a estratégia divulgada no decorrer do ano de 2024, foi concretizada a operação de venda de parte das ações da empresa Águas Industriais do Aço, atual AEWS. A operação resultou na redução de participação da Porto do Aço para 49% do investimento (100% em 2023). Dessa forma, a AEWS deixa de ser controlada, passando a ser tratada como coligada, mas se mantendo a influência significativa na relação entre Porto do Aço e AEWS.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International*

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia que terminou em 2024. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e toda amortização desse ativo diferido foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia a partir de suas operações.

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas nessas Demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024, em 11 de março de 2025. Desta forma, estas demonstrações financeiras consolidadas consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre elas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo consolidado no período de R\$ 414.666 (R\$ 572.553 em 31 de dezembro de 2023), capital circulante consolidado positivo de R\$ 90.729 (negativo de R\$204.675 em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido consolidado positivo de R\$ 4.020.868 (negativo R\$642.977 em 31 de dezembro de 2023).

No âmbito de seu plano estratégico, visando a otimização do fluxo de caixa e aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, a Porto do Açu ("Companhia"), em 15 de março de 2024, efetivou as negociações com os bancos credores para o reperfilamento dos contratos de financiamento vigentes até então. A Porto do Açu recebeu aporte de capital de sua *holding* Prumo Logística S.A, no valor de R\$ 5.084.657, via carta de crédito, dos quais R\$5.025.647 foram utilizados para a liquidação da dívida

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

existente e R\$ 59.010 foram utilizados para pagamentos de *Fee* dos empréstimos, conforme Nota Explicativa 29 – Resultado Financeiro. O saldo restante da dívida foi liquidado com uma operação de Cessão de Recebíveis com coobrigação junto a Virgo Companhia de Securitização, lastreados em contratos de aluguel de longo prazo, no valor de R\$ 744.344 (detalhes nota explicativa nº 21 – Cessão de recebível securitizado).

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para mais de 10 anos. A maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que suporta a previsão de resultados futuros.

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, informações disponíveis e análises internas, a Administração entende que através de suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada e que coloque em dúvida a continuidade operacional da Porto do Açu.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açu foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 6, 7 e 31: mensuração de perda de crédito esperada para caixa e equivalentes caixa, contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

— Nota explicativa 16 e 17: Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 24: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota explicativa 31 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 31: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia. Os resultados provenientes de coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas e coligadas, descritas na Nota explicativa 3 – Empresas do Grupo.

Saldos e transações entre companhias do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação entre companhias do grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R\$74.859 (R\$35.915 em 31 de dezembro 2023). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA conforme metodologia S&P Global Rating.

A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados na Nota explicativa nº 6 – Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito.

O caixa e equivalente de caixa detém de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia

estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a

taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açu e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que controle deixa de existir. Os investimentos em coligadas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, não sendo os valores consolidados.

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo	Vida útil (Anos)
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier T-Mult	60
Defensas Pier T-Mult	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo Intangível	Vida útil (Anos)
Licenças de Uso de Software	5

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou

serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 – Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

k) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC4.

Os principais ativos de arrendamento classificados pela Companhia são demonstrados no quadro abaixo:

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada % a.a.
Imóvel	Sala comercial	10,60
Imóvel	Prédio	7,73
Máquinas e equipamentos	Galpão pré-moldado com sistema CFTV e anti-explosão	7,58
Veículos	Caminhão	7,40

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Isenção no reconhecimento
 - Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.
 - Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação deles.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia

tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

o) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:

- (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

- (ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um

recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 31.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) IFRS18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(ii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

6 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1.028	448	1.124	1.015
Operações Compromissadas	73.838	35.471	73.838	40.982
Equivalente de caixa	74.866	35.919	74.962	41.997
Provisão de perdas estimadas	(7)	(4)	(7)	(4)
Caixa e equivalente de caixa	74.859	35.915	74.955	41.993

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósito bancário e em operações compromissadas, cujos prazos, de vencimentos são de até três meses contados a partir de aquisição e com liquidez diária.

b. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa Restrito	-	49.003	-	49.003
Provisão de perdas estimadas	-	(5)	-	(5)
Total	-	48.998	-	48.998

No contexto da reestruturação financeira da Companhia, com o reperfilamento de suas dívidas com os Bancos repassadores do Financiamento via repasse do BNDES e com o FI-FGTS, o saldo do caixa restrito foi utilizado na época para quitação de obrigações referente a comissionamento junto aos próprios bancos repassadores, BNDES e FI-FGTS. (Nota Explicativa nº 21 – Cessão de recebível securitizado).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Caixa restrito – Operação Virgo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa restrito - Virgo	2.000	-	2.000	-
Total	2.000	-	2.000	-

A Companhia firmou uma operação de Cessão de Recebíveis com a Virgo Companhia de Securitização, a qual consiste em uma retenção de um percentual do contas a receber vinculado aos contratos de aluguéis lastreados na operação. O valor referente aos títulos lastreado emitidos pela Porto do Açu é pago pelo cliente diretamente para a Virgo, que efetua a retenção referente a parcela do mês subsequente e transfere o saldo restante para uma conta bancária da Porto do Açu. O saldo retido é utilizado para efetuar a amortização extraordinária mensal da dívida securitizada reconhecida no passivo da Companhia (Nota Explicativa 21 - Cessão de recebível securitizado). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo retido pela Virgo, sobre os títulos recebidos soma o montante de R\$ 2.000.

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas – Nota 19) (a)	86.094	70.434	86.225	70.306
Serviços portuários (Partes relacionadas – Nota 19)	455	3.203	455	3.203
Outros	-	-	25	24
Provisão de perdas estimadas	(261)	(984)	(267)	(990)
Total de Clientes – Partes Relacionadas	86.288	72.653	86.438	72.543
Cessão do direito real de superfície (b)	147.606	131.465	147.669	131.506
Serviços portuários	32.702	25.605	32.702	25.606
Clientes Securitizados – VIRGO (c)	15.788	-	15.788	-
Outros	263	476	363	1.407
Provisão de perdas estimadas	(1.863)	(997)	(1.863)	(1.012)
Total de Clientes Gerais	194.496	156.549	194.659	157.507
Total Geral	280.783	229.202	281.096	230.050
Circulante	48.075	46.376	48.388	47.224
Não circulante	232.709	182.826	232.709	182.826

O saldo a receber refere-se a:

- a) Refere-se, essencialmente, pelo reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde foi instalada uma usina termoeletrica. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento da receita deste referido contrato em 31 de dezembro de 2024 foi mensurado no valor total de R\$

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

85.124 (R\$ 69.855 em 31 de dezembro de 2023), compreendendo as faturas já emitidas e enviadas ao cliente.

- b) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, Efen, VIX Logística, Minas Gusa, UTE GNA II e Mills.
- c) No contexto da reestruturação financeira da Companhia, em março de 2024 foi realizada uma operação de Cessão de Recebíveis com coobrigação, lastreados em contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície), junto a empresa Virgo Companhia de Securitização (Nota Explicativa Nº 21 Cessão de recebível securitizado). A transação consiste em um controle dos recebíveis, pelas partes envolvidas na operação, em conta bancária específica da empresa securitizadora. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo referente aos clientes securitizados era de R\$ 15.788.

O quadro abaixo demonstra a movimentação e o cálculo da perda esperada por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.981)	(2.002)
(Adições)	(3.076)	(3.108)
Reversões	2.933	2.980
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.124)	(2.130)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(640)	(775)
(Adições)	(1.720)	(1.740)
Reversões	379	513
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.981)	(2.002)

Aging do contas a receber:

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada
A Vencer	278.485	(826)	222.447	(668)	278.796	(827)	223.297	(675)
Vencidos:								
Até 1 mês	2.655	(176)	4.256	(255)	2.658	(176)	4.256	(255)
Até 3 meses	676	(221)	258	(19)	676	(221)	258	(19)
De 3 a 6 meses	105	(17)	1.522	(228)	105	(17)	1.524	(228)
De 6 a 12 meses	144	(42)	2.700	(811)	144	(42)	2.713	(820)
Acima de 12 meses	842	(842)	-	-	847	(847)	5	(5)
Total	282.907	(2.124)	231.183	(1.981)	283.226	(2.130)	232.053	(2.002)

A Companhia avalia periódica e individualmente os títulos dos devedores de forma a se chegar ao montante mais próximo dos créditos de difícil recebimento. Para isso, considera:

- Experiência anterior da empresa com relação aos prejuízos já havidos com créditos a receber;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Condições em que foram realizadas as vendas a prazo, tais como: taxas de juros praticadas, políticas de concessão de créditos e de venda, existência de alienação fiduciária em garantia e operações com garantia real;
- Demonstrações financeiras;
- *Rating* do Serasa.

A maior parte dos recebíveis que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre serviços ("ISS")	15	192	15	192
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	901	1.185	901	1.185
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	4.263	2.987	4.263	3.088
CSLL retida na fonte ("CSRF")	608	-	608	-
Programa de integração social ("PIS")	-	538	97	580
Contribuição da seguridade social ("COFINS")	-	-	447	192
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	539	3	544
Outros	192	7	219	1.369
Total	5.979	5.448	6.553	7.150
Circulante	4.886	4.075	5.460	5.777
Não circulante	1.093	1.373	1.093	1.373

9 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido. No entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	1.360.243	1.241.093	1.362.002	1.242.262
Base negativa de contribuição social	489.687	446.794	490.321	447.214
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	6.922	-	6.928
Provisão para PPR	5.905	5.263	5.905	5.317
Provisão para perdas estimadas/recebíveis	18.201	18.153	18.205	18.161
Provisão contingências trabalhista	520	479	520	479
Provisão contingências cíveis	274	106	274	106
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.116	7.116
Provisão para perda de ativos	13.220	25.060	13.220	25.060
Apropriação PIS e COFINS – Depreciação Fiscal	16.285	16.704	16.285	16.704
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	5.090	3.966	5.090	3.966
Outros	4	5	4	5
Total de créditos fiscais diferidos ativos	1.912.095	1.767.211	1.921.608	1.775.984
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(1.847.842)	(1.711.480)	(1.857.355)	(1.720.194)
Total de impostos diferidos ativos	64.253	55.731	64.253	55.790
Diferença temporária - Passivo fiscal diferido				
Juros capitalizados	(7.121)	(12.849)	(7.121)	(12.849)
Receita Linear (Diferimento) (c)	(55.023)	(42.882)	(55.023)	(42.882)
	-	-	-	59
Consumo Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL (autorregularização) (d)	(2.109)	-	(2.109)	-
Total de impostos diferidos	-	-	-	59

- a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- b) Trata-se de provisão para não realização de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, gerados pela Controladora e suas controladas Reserva Ambiental, G3X, GSA e SNF, em função das incertezas sobre a expectativa de resultados tributáveis futuros suficientes para utilização integral desse ativo fiscal diferido.
- c) As receitas oriundas dos contratos de “Cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície”, tomando por base o CPC 06, são contabilizadas mensalmente de forma linear, pelo período do contrato. A Companhia reconhece o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) diferidos sobre a Receita Linear, levando tal resultado a tributação no início da contraprestação destes contratos.
- d) Em 20 de março de 2024 a Porto do Açu ingressou no programa de Autorregularização Incentivada de tributos federais, nos termos da Lei nº 14740/2023, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2168/2023. O programa permite a utilização de prejuízo fiscal para a quitação, em até 50% do valor, de tributos federais do período, ainda em aberto e não declarados.

10 Depósitos restituíveis

	2023	Provisão p/ perda (*)	Recebimentos	Atualização monetária	2024
Porto do Açu	50.430	(136)	(1.466)	2.568	51.396
	50.430	(136)	(1.466)	2.568	51.396

(*) Provisão de perda devido a alteração de prognóstico (chance de êxito) dos processos – de Remota para Possível – frente à estratégia jurídica aplicada desde 2018.

No cenário das ações de desapropriação ajuizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) visando à implantação do Distrito Industrial de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

São João da Barra, a Companhia propôs voluntariamente aos proprietários e possuidores de imóveis localizados na área do Distrito a aquisição de seus direitos sobre os imóveis, mediante pagamento de valores estabelecidos nos laudos de avaliação contidos nos respectivos processos de desapropriação.

Assim, entre os anos de 2011 e 2015, a Companhia, mediante acordos privados, adquiriu de diversos proprietários/possuidores os direitos sobre as áreas por eles ocupadas, tendo como objetivo viabilizar o recebimento imediato das indenizações pelos antigos ocupantes, bem como a desocupação amigável das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra.

Em razão da celebração dos acordos privados – e consequente adiantamento de indenizações aos proprietários/possuidores de imóveis –, a Companhia passou a ter o direito de realizar para si o levantamento dos valores depositados em juízo nos processos de desapropriação referentes a estes imóveis.

No ano de 2024, a Porto do Açu recuperou, por meio de levantamentos em processos de desapropriação, o montante de R\$1.466 (R\$ 9.506 no ano de 2023) referente aos depósitos iniciais nos processos de desapropriação envolvendo os imóveis por ela adquiridos.

A Administração, com base em parecer de sua assessoria legal externa, entende que, neste fechamento contábil, há a possibilidade jurídica de levantamento de R\$ 54.411 (R\$53.310 em 31 de dezembro de 2023) atualmente depositados nas ações judiciais e atualizados, sendo do montante total, reconhecido como provisão de perda o valor de R\$ 3.015 (R\$ 2.880 em 31 de dezembro de 2023) referente aos casos com prognóstico de perda remota.

11 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Controladora				
		2023	Adições	Baixas	Atualização	2024
Patrimônio da União (a)		11.586	-	-	628	12.214
Outros (b)		543	3.150	(704)	55	3.044
		12.129	3.150	(704)	683	15.258

		Consolidado					
		2023	Adições	Baixas	Atualização	Efeito de desconsolidação	2024
Patrimônio da União (a)		11.586			628		12.214
Outros (b)		1.182	3.150	(704)	55	(639)	3.044
		12.768	3.150	(704)	683	(639)	15.258

- (a) Depósito judicial realizado em ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ("espelho d'água"), nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas" celebrado em 6 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2024, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza o montante consolidado estimado de R\$ 12.214 (R\$ 11.586 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Outros depósitos judiciais realizados em ações cíveis e trabalhistas somam o montante de R\$3.044 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.182 em 31 de dezembro de 2023).

12 Debêntures

a. Debêntures OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$734.677 dada as seguintes condições:

	Data de emissão:	Data Vencimento (**):	Taxa de juros (a. a):	Consolidado	
				2024	2023
Debêntures – 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP – 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				734.677	734.677
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(46.031)
Total das Debêntures:				688.646	688.646
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(33.837)
Total:				654.809	654.809

(*) As Debêntures - 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures - 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

(**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R\$ 642.301 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$32.117 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes à cessão do direito real de superfície referente ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R\$2.954 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R\$33.837 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação.

Do montante total de Debêntures, a Administração constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$ 46.031 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme detalha o quadro da nota explicativa acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R\$ 1.038.745 (R\$865.055 em 31 de dezembro de 2023).

Caso, eventualmente, a OSX não honre com o contrato de Debêntures, os montantes descritos nos itens (i) e (iii) serão agregados ao Ativo Imobilizado e “Propriedade para Investimento”, respectivamente, onde tais ativos já são avaliados com base na norma contábil CPC 01 sobre a ótica de eventual recuperabilidade. Detalhes divulgados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

13 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Créditos de Remoc (*)	68.682	68.682
Crédito – Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	77.232	77.232
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(8.550)
Outros créditos	-	-
	68.682	68.682

(*) Referente a obras do entorno. Caso a OSX não honre tais pagamentos, o montante será agregado integralmente ao custo do Ativo Imobilizado “Canal T2” e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações, conforme norma contábil CPC 01 e detalhes divulgados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

b. Outros valores a receber - OSX:

	Consolidado	
	2024	2023
Cessão do direito de uso	488.897	420.301
Total dos créditos:	488.897	420.301
Direito real de superfície (não contabilizado)	(488.897)	(420.301)
Total:	-	-

Considerando que: (i) em Dezembro de 2012 a Porto do Açu e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície (“Contrato de Cessão”); (ii) que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; (iii) que antes do final do período de carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e (iv) que em setembro de 2018, a Porto do Açu celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor, a Porto do Açu notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023.

Em ato contínuo, a Porto do Açu notificou extrajudicialmente a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R\$ 403.359.

No último dia do prazo concedido pela Porto do Açu para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial requerendo a suspensão da exigibilidade das obrigações pecuniárias e a instauração de procedimento de mediação entre o Grupo OSX e seus principais credores, o que foi deferido pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial.

Antes mesmo do encerramento da mediação, o Grupo OSX apresentou novo pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 23.01.2024.

Em razão do deferimento, os valores devidos a título de aluguel de agosto/2015 a janeiro/2024, data do deferimento da nova recuperação judicial, passaram a compor o crédito concursal da nova recuperação judicial do Grupo OSX, no valor principal de R\$ 423.877.

A concursalidade desse crédito não é reconhecida pelo Grupo OSX, o que já é objeto de objeção judicial apresentada pela Porto do Açu, pendente de decisão judicial.

As parcelas mensais, vencidas após ao deferimento da nova recuperação judicial (extraconcursais), de janeiro (pro rata) a 31 de dezembro de 2024 já superam R\$ 65 milhões.

Embora sejam valores efetivamente devidos à Porto do Açu, não há expectativa de recebimento em razão da condição financeira da OSX e do deferimento do novo pedido de Recuperação Judicial, não havendo, reconhecimento como receita nas Demonstrações Financeiras, devido à falta dos requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15).

O segundo processo de recuperação judicial do Grupo OSX segue em curso, envolvendo todos os seus credores, com provável votação de Plano de Recuperação Judicial para o ano de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma))

14 Investimentos

a) Composição dos investimentos

Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2024	2023	2024	2023
			Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Total Investimentos	Total Investimentos
GSA	99,99%	35.371	33.229	32.818	33.226	32.815
Reserva Ambiental Caruara	99,30	25.429	22.682	21.657	22.530	21.496
G3X	99,99%	38.791	(7)	20	10	-
AEWS	49,00%	15.403	16.075	11.329	14.248	11.329
SNF	99,99%	45.141	42.883	42.900	42.883	42.900
Outros - Pedreira	2,75%	-	-	-	1	2
		160.135	114.862	108.724	112.898	108.542

b) Informações financeiras resumidas

2024											
Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantamen to para futuro aumento de capital – AFAC	Dividendos adicionais	Ganho/perda na variação percentual	Lucro/ Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	35.371	33.230	1	33.229	35.371	95	615	-	-	(2.852)
Reserva Ambiental Caruara	99,30%	25.429	23.788	1.106	22.682	25.429	243	1.240	-	-	(4.230)
G3X	99,99%	38.791	476	483	(7)	38.790	-	10	-	127	(38.934)
AEWS ^(a)	49,00%	15.403	26.659	10.584	16.075	14.189	379	-	1.507	-	-
SNF	99,99%	45.141	42.911	28	42.883	45.142	-	141	-	-	(2.400)
			127.064	12.202	114.862	158.921	717	2.006	1.507	127	(48.416)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma))

2023											
Investidas	%	Quantidade ações/quota s (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantament o para futuro aumento de capital - AFAC	Dividend s adicionais propostos	Ganho/perd a na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	35.020	32.984	166	32.818	35.020	95	-	-	-	(2.297)
Reserva Ambiental Caruara	99,24%	23.546	22.789	1.132	21.657	23.546	243	500	-	-	(2.632)
G3X	99,99%	38.791	504	484	20	38.791	-	-	-	127	(38.898)
AEWS ^(a)	100,00%	9.737	43.632	32.303	11.329	9.737	557	-	1.035	-	-
SNF	99,99%	45.113	42.913	13	42.900	45.113	-	-	-	-	(2.213)
			142.822	34.098	108.724	152.207	895	500	1.035	127	(46.040)

- (a) No fechamento do 3º trimestre de 2024 foi concretizada a operação de venda de parte das ações da empresa Águas Industriais do Açu, atual AEWS. A operação resultou na redução da participação da Porto do Açu para 49% (100% em 2023). Com a redução de percentual e os termos da negociação, a Porto do Açu mantém a influência significativa sem o controle da companhia.

c) Movimentação dos investimentos – Participação em controladas e coligadas

	GSA	G3X	Reserva Ambiental	AEWS	SNF	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	32.815	-	21.496	11.329	42.900	2	108.542
Equivalência patrimonial	(555)	(37)	(1.589)	2.118	(186)	(1)	(250)
Constituição de AFACs	966	10	1.890	-	169	-	3.035
Redução de AFAC para integralização de capital	(351)	-	(1.150)	-	-	-	(1.501)
Aumento em capital de controlada	351	-	1.883	13.154	-	-	15.388
Redução de investimentos por venda de controlada	-	-	-	(7.187)	-	-	(7.187)
Dividendos	-	-	-	(3.366)	-	-	(3.366)
Outros	-	37	-	-	-	-	37
Variação percentual decorrente de venda de participação em controlada (a)	-	-	-	(1.800)	-	-	(1.800)
Saldo em 31/12/2024	33.226	10	22.530	14.248	42.883	1	112.898

- (a) No fechamento do 3º trimestre de 2024 foi concretizada a operação de venda de parte das ações da empresa Águas Industriais do Açu, atual AEWS. A operação resultou na redução da participação da Porto do Açu para 49% (100% em 2023). Com a redução de percentual e os termos da negociação, a Porto do Açu mantém a influência significativa sem o controle da companhia. Sendo assim, o novo controlador passa a ser a ENVIRONMENTAL ESG PARTICIPAÇÕES S.A. (Ambipar).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Propriedades para investimento

	Consolidado	
	2024	2023
Porto do Açu	450.006	450.006
GSA	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF	42.897	42.897
	529.817	529.817

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - Propriedades para investimento, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$ 1.785.986 equivalentes a 1.959 mil m² da área total (R\$1.777.340 em 31 de dezembro de 2023). Para os terrenos ainda não arrendados, em virtude das poucas transações ocorridas recentemente, escassez de dados de mercado para uma razoável comparabilidade e incertezas sobre a ocupação de toda a área, considerando o uso pretendido desses ativos pela Companhia, não foi possível mensurar, na data base de 31 de dezembro de 2024, o valor justo de todos os terrenos não arrendados.

16 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Porto do Açu	2.542.674	2.605.828	2.541.810	2.604.964
Reserva Ambiental Caruara	-	-	17.124	16.394
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Águas Industriais	-	-	-	7.535
	2.542.674	2.605.828	2.559.396	2.629.355

	Controladora							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,47%	-	11,04%	12,96%	-	-	11,42%	-
Saldo em 31/12/2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	19.321	653	1.376	2.605.828
Adição	-	-	-	3.317	70.163	254	120	73.854
Transferência	120	-	8.135	-	(8.255)	-	-	-
Baixa	-	-	(12.524)	(822)	-	(138)	(8)	(13.492)
Depreciação	(130.898)	-	(17.334)	(9.753)	-	-	(356)	(158.341)
Reversão Impairment (*)	-	-	-	-	34.825	-	-	34.825
Saldo em 31/12/2024	2.124.146	77.553	190.498	32.522	116.054	769	1.132	2.542.674
Custo	3.119.963	77.553	312.643	105.997	116.054	769	4.334	3.737.313
Depreciação acumulada	(995.817)	-	(122.145)	(73.475)	-	-	(3.202)	(1.194.639)
Saldo em 31/12/2024	2.124.146	77.553	190.498	32.522	116.054	769	1.132	2.542.674

* Reversão de provisão de Impairment de R\$34.825 (em 31 de dezembro de 2023 não havia reversão e o saldo de provisão de perdas era de R\$ 56.489) referente as estacas pranchas no projeto da Expansão do Cais T-MULT atualmente classificado na rubrica de obras em andamento.

	Controladora							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,70%	-	8,77%	13,17%	-	-	11,18%	-
Saldo em 31/12/2022	2.344.982	77.553	185.640	41.982	25.196	1.367	1.661	2.678.681
Adição	50	-	1.563	4.755	95.024	(714)	85	100.763
Transferência	59.172	-	39.362	2.365	(100.899)	-	-	-
Baixa	(19.880)	-	-	(118)	-	-	(20)	(20.018)
Depreciação	(129.400)	-	(14.644)	(9.204)	-	-	(350)	(153.598)
Saldo em 31/12/2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	19.321	653	1.376	2.605.828
Custo	3.119.843	77.553	317.031	103.504	19.321	653	4.221	3.642.126
Depreciação acumulada	(864.919)	-	(104.810)	(63.724)	-	-	(2.845)	(1.036.298)
Saldo em 31/12/2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	19.321	653	1.376	2.605.828

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,47%	-	11,04%	12,64%	-	-	11,68%	-
Saldo em 31/12/2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	1.523	2.629.355
Adição	-	-	1	3.446	71.014	733	839	76.033
Transferência (*)	120	-	8.135	-	(8.255)	-	-	-
Baixa	-	-	(12.524)	(822)	-	(1.096)	(8)	(14.450)
Depreciação	(130.899)	-	(17.604)	(9.800)	-	-	(530)	(158.833)
Reversão Impairment (*)	-	-	-	-	34.825	-	-	34.825
Efeitos de desconsolidação	-	-	(6.791)	(733)	-	-	(10)	(7.534)
Saldo em 31/12/2024	2.123.310	87.238	196.596	32.792	116.876	770	1.814	2.559.396
Custo	3.119.127	87.238	319.320	106.370	116.876	770	5.220	3.754.921
Depreciação acumulada	(995.817)	-	(122.724)	(73.578)	-	-	(3.406)	(1.195.525)
Saldo em 31/12/2024	2.123.310	87.238	196.596	32.792	116.876	770	1.814	2.559.396

* Reversão de provisão de Impairment de R\$34.825 (em 31 de dezembro de 2023 não havia reversão e o saldo de provisão de perdas era de R\$ 56.489) referente as estacas pranchas no projeto da Expansão do Cais T-MULT atualmente classificado na rubrica de obras em andamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,70%	-	8,65%	13,62%	-	-	11,65
Saldo em 31/12/2022	2.344.147	87.238	199.311	42.940	25.262	1.367	1.806
Adição	50	-	1.615	4.885	95.174	(234)	109
Transferência	59.172	-	39.607	2.365	(101.144)	-	-
Baixa	(19.880)	-	-	(118)	-	-	(20)
Depreciação	(129.400)	-	(15.154)	(9.371)	-	-	(372)
Saldo em 31/12/2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	1.523
Custo	3.119.008	87.238	331.031	104.956	19.292	1.133	4.401
Depreciação acumulada	(864.919)	-	(105.652)	(64.255)	-	-	(2.878)
Saldo em 31/12/2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	1.523

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2024 inclui custos diretos e indiretos alocados em diversos ativos em construção e é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R\$ 116.876 (R\$19.321 em 31 de dezembro de 2023). Desse valor, R\$93.040 se refere ao projeto de expansão do cais T-MULT (R\$19.321 em 31 de dezembro de 2023) e a gastos com obras de infraestrutura no valor de R\$23.836.

Na controlada Reserva Ambiental Caruara o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$849 (R\$65 em 31 de dezembro de 2023) referente a gastos gerais de infraestrutura. Desse valor, R\$27 se refere a projetos executados para a Porto do Açu.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve as premissas utilizadas no teste de Impairment realizado e não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na avaliação de 31 de dezembro de 2024 utilizou-se o valor em uso por UGC tendo como base as seguintes premissas:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2024 foi de 11,26% a.a. a 13,26% a.a. em termos nominais (de 10,17% a.a. a 13,51% a.a. em 2023), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,5% a.a. (3,5% em 2023).

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos “5Y Plan” e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Após os primeiros 5 anos de fluxo, são utilizadas as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado pela administração, considerando a longevidade do fluxo analisado. Os dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia.

O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024 é de R\$27.922 (R\$ 62.747 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a estacas pranchas e equipamentos elétricos, conforme quadro abaixo. Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de dezembro de 2024 para estes ativos.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos:

	Consolidado		
	2023	Reversão	2024
Estacas prancha	56.489	(34.825)	21.664

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Equipamentos elétricos - Nota explicativa nº 15	6.258	-	6.258
	62.747	(34.825)	27.922

17 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Licença de uso de software	20	2.354	3.670	2.354	3.691
Outros		44	44	44	44
		2.398	3.714	2.398	3.735

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC Industrial Hub/T-Mult mencionados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado.

Movimentação:

	Controladora			
	2024	Movimentação		2023
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Licença de uso de software	8.547	784	(1.377)	9.140
Implantação de sistemas	44	-	-	44
	8.591	784	(1.377)	9.184
	2024	Movimentação		2023
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Amortização				
Licença de uso de software	(6.193)	(870)	147	(5.470)
	(6.193)	(870)	147	(5.470)
	2.398	(86)	(1.230)	3.714
	Consolidado			
	2024	Movimentação		2023
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Licença de uso de software	8.547	784	(1.398)	9.161
Implantação de sistemas	44	-	-	44
	8.591	784	(1.377)	9.205
	2024	Movimentação		2023
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Amortização				
Licença de uso de software	(6.193)	(870)	147	(5.470)
	(6.193)	(870)	147	(5.470)
	2.398	(86)	(1.251)	3.735

18 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 26 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 31 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

As movimentações da controladora e do consolidado em 2024 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento são demonstradas nos quadros abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora							
	Taxa Incremental (anual) %	2023	Reajustes	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	2024
Ativos:								
Imóveis		4.477	178	(1.206)	-	-	-	3.449
Máquinas e equipamentos		12.737	265	(6.580)	-	-	-	6.422
Total do Ativo		17.214	443	(7.786)	-	-	-	9.871
Passivos:								
Imóveis		(1.639)	(37)	-	(849)	1.651	-	(874)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	350	13	-	272	-	(355)	280
Máquinas e equipamentos		(6.958)	(117)	-	(5.405)	7.302	-	(5.178)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	717	16	-	351	-	(741)	343
Passivo arrendamento CP		(7.530)	(125)		(5.631)	8.953	(1.096)	(5.429)
Imóveis		(4.740)	(185)	-	849	-	-	(4.076)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	885	30	-	(272)	-	-	643
Máquinas e equipamentos		(7.349)	(173)	-	5.405	-	-	(2.117)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	419	10	-	(351)	-	-	78
Passivo arrendamento LP		(10.785)	(318)	-	5.631	-	-	(5.472)
Total do Passivo		(18.315)	(443)	-	-	8.953	(1.096)	(10.901)
Resultado								
Amortização – Imóveis		-	-	1.206	-	-	-	1.206
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	6.580	-	-	-	6.580
Despesa de locação		-	-	-	-	(8.953)	-	(8.953)
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	355	355
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	741	741
Resultado arrendamento		-	-	7.786	-	(8.953)	1.096	(71)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	Taxa Incremental (anual) %	2023	Reajustes	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	2024
Ativos:								
Imóveis		4.477	178	(1.206)	-	-	-	3.449
Máquinas e equipamentos		12.767	264	(6.609)	-	-	-	6.422
Total do Ativo		17.244	442	(7.815)	-	-	-	9.871
Passivos:								
Imóveis		(1.639)	(36)	-	(849)	1.651	-	(873)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	350	13	-	272	-	(355)	280
Máquinas e equipamentos		(6.988)	(117)	-	(5.405)	7.333	-	(5.177)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	716	16	-	351	-	(742)	341
Passivo arrendamento CP		(7.561)	(124)		(5.631)	8.984	(1.097)	(5.429)
Imóveis		(4.740)	(185)	-	849	-	-	(4.076)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	885	30	-	(272)	-	-	643
Máquinas e equipamentos		(7.349)	(173)	-	5.405	-	-	(2.117)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	419	10	-	(351)	-	-	78
Passivo arrendamento LP		(10.785)	(318)	-	5.631	-	-	(5.472)
Total do Passivo		(18.346)	(442)	-	-	8.984	(1.097)	(10.901)
Resultado								
Amortização – Imóveis		-	-	1.206	-	-	-	1.206
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	6.609	-	-	-	6.609
Despesa de locação		-	-	-	-	(8.984)	-	(8.984)
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	355	355
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	742	742
Resultado arrendamento		-	-	7.815	-	(8.984)	1.097	(72)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a Receber - Faturamento			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cessão do direito real de superfície:				
UTE GNA I (a)	85.124	69.855	85.132	69.878
AEWS	646	282	646	-
Efen	-	295	-	295
Vast infraestrutura	324	-	447	133
Total de clientes – Cessão onerosa:	86.094	70.432	86.225	70.306
Serviços portuários:				
UTE GNA I	11	3.052	11	3.071
Efen	218	25	218	25
Vast infraestrutura	-	-	-	3
Ferropont	226	-	226	-
Dome Serviços Integrados	-	128	-	128
Total de clientes – Serviços Portuários:	455	3.205	455	3.227
Outros serviços:				
UTE GNA I	-	-	20	-
VAST Infraestrutura	-	-	5	-
Total de clientes – outros serviços	-	-	25	-
Total de Clientes	86.549	73.637	86.705	73.533
Provisão para Perdas - Partes Relacionadas	(261)	(984)	(267)	(990)
	86.288	72.653	86.438	72.543
Circulante	773	3.010	923	2.900
Não circulante	85.515	69.643	85.515	69.643

- (a) Refere-se, essencialmente, pelo reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde foi instalada uma usina termelétrica. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento da receita deste referido contrato em 31 de dezembro de 2024 foi mensurado no valor total de R\$ 85.124 (R\$ 69.855 em 31 de dezembro de 2023), compreendendo as faturas já emitidas e enviadas ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contas a receber - Outros				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Crédito Nota de Débito:				
Prumo Logística	58	-	58	-
AEWS	197	124	197	-
Reserva ambiental	9	448	-	-
Vast Infraestrutura	251	214	251	214
Ferroport	100	-	100	-
Porto de Antuérpia	230	29	230	29
Total - outros valores a receber	845	815	836	243
Créditos Venda de ativos:				
Açu Petróleo Investimentos (a)	649.799	596.563	649.799	596.563
Total - Venda de ativos:	649.799	596.563	649.799	596.563
Total Geral	650.644	597.378	650.635	596.806
Circulante	57.508	815	57.499	243
Não circulante	593.136	596.563	593.136	596.563

- (a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Não houve amortização da dívida nos últimos 15 meses. Em 2024, após a assinatura de um aditivo contratual, as partes repactuam a taxa de remuneração para 4,6473% a. a. e estabelecem um novo fluxo de amortização, com início estimado para 2025, sendo o montante deste contrato considerado como lastro na operação de Cessão de Recebível realizada entre a Companhia e a Virgo Companhia de Securitização.

Contas a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar - Notas de débito				
Port of Antwerp International N. V	1.068	905	1.067	905
Prumo Logística	2.423	1.670	2.423	1.676
AEWS	65	55	65	-
Reserva Ambiental	482	165	-	-
Efen	2	3	2	3
Total - curto prazo	4.040	2.798	3.557	2.584

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cessão do direito real de superfície:				
Efen	2.715	3.541	2.715	3.541
UTE GNA I	15.271	14.465	15.354	14.726
AEWS	3.005	3.383	3.005	-
Vast Infraestrutura	882	-	2.584	1.587
Dome Serviços Integrados	-	1.444	-	1.444
Receita Total - Cessão do direito real de superfície	21.873	22.833	23.658	21.298
Serviços Portuários:				
UTE GNA I	830	1.960	830	1.960
Efen	907	335	907	335
VAST Infraestrutura	-	283	-	283
Ferroport	1.352	-	1.352	-
Dome Serviços Integrados	-	141	-	141
Receita Total - Serviços	3.089	2.719	3.089	2.719
Fornecimento de água:				
UTE GNA I	-	-	-	545
Receita Total -Fornecimento de água	-	-	-	545
Serviços ambientais:				
UTE GNA I	-	-	184	229
Vast Infraestrutura	-	-	110	90
Receita Total - Serviços ambientais	-	-	294	319
Venda de ativos atualização monetária				
Açu Petróleo Investimentos	53.236	69.234	53.236	69.234
Total - Venda de ativos:	53.236	69.234	53.236	69.234
Total Geral:	78.198	94.786	80.277	94.115

	Custos e Despesas – efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas:				
Port of Antwerp International N.V – Consultoria	(8.085)	(8.509)	(8.085)	(8.509)
Efen	-	(144)	-	(144)
Reserva Ambiental	-	(394)	-	-
Total Despesa:	(8.085)	(9.047)	(8.085)	(8.653)
Custos:				
Reserva Ambiental	(2.148)	(608)	-	-
AEWS	(855)	(1.403)	(855)	-
Total Custos:	(3.003)	(2.011)	(855)	-
Total Geral:	(11.088)	(11.058)	(8.940)	(8.653)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Diretores		
Pró-labore	3.127	5.174
Bônus	6.116	6.913
Benefícios e Encargos	2.160	2.797
	11.403	14.884

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado						
	2024						2023
	Vencimento	Principal	Juros/ Atualizações	Subtotal	Liquidação/ Amortização	Total	Total
Instituições							
BNDES (Repassadores) (i) (ii)	15/07/2033	3.510.346	75.347	3.585.693	(3.585.693)	-	3.494.430
(-) Custo de transação (i) (ii)		(171.963)	-	(171.963)	171.963	-	(175.963)
Debêntures (iii)	15/07/2033	2.102.506	81.792	2.184.298	(2.184.298)	-	2.118.421
(-) Custo de transação (iii)	-	(16.661)	-	(16.661)	16.661	-	(17.049)
		5.424.228	157.139	5.581.367	(5.581.367)	-	5.419.839
Circulante		58.929	157.139	216.068	(216.068)	-	264.995
Não circulante		5.365.299	-	5.365.299	(5.365.299)	-	5.154.844

(i), (ii) e (iii) No âmbito do seu plano estratégico, a Porto do Açu concluiu, em 15 de março de 2024, as negociações de sua dívida com os Bancos Repassadores referente ao contrato de financiamento com recursos oriundos do BNDES e das Debêntures de sua emissão subscrita pelo FI-FGTS. A quitação destas dívidas se deu pelo aporte de capital de sua holding Prumo Logística, no valor de R\$ 5.025.646, e pela cessão de recebíveis vinculada a uma operação de Securitização realizada junto a Virgo Companhia de Securitização, no total de R\$ 744.344 conforme Nota Explicativa 21 - Cessão de recebível securitizado.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Controladora / Consolidado					
Saldo em 31/12/2023	Efeito Não Caixa			Saldo em 31/12/2024	
	Liquidação	Juros e Atualização monetária	Amortização Custo de Transação		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.419.839	(5.769.990)	157.139	193.012	-
	5.419.839	(5.769.990)	157.139	193.012	-

	Controladora / Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Efeito Caixa		Efeito não Caixa		
		Liquidação	Juros Pagos (*)	Juros e Atualização monetária	Amortização Custo de Transação	
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.333.398	(21.483)	(224.225)	372.641	14.274	5.474.605
	5.333.398	(21.483)	(224.225)	372.641	14.274	5.474.605

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

21 Cessão de recebível securitizado

A Companhia celebrou junto a Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”) uma operação de cessão de recebíveis, com coobrigação, vinculados a contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície) de longo prazo. A partir da aquisição desses direitos creditórios, a Virgo lastreou tal operação à sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, destinada a investidores profissionais, lastreando à essa emissão de debêntures os direitos creditórios cedidos pela Companhia.

Os recursos provenientes desta operação de cessão foram direcionados para liquidar parte da dívida de longo prazo que a Companhia possuía junto a seus credores conforme Nota Explicativa 20 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

No contexto da securitização com coobrigação, a entidade original que transfere os direitos creditórios assume o risco associado aos títulos emitidos pela Securitizadora, uma vez que, se houver, inadimplência nos ativos financeiros cedidos, o Cedente tem obrigação de ressarcir, no mesmo montante, a Securitizadora e, esta, por consequência, os investidores.

Nesse sentido, a Companhia constitui um passivo financeiro no momento inicial, refletindo a sua coobrigação em relação à Virgo sendo este passivo reduzido no decorrer da realização do contas a receber dos contratos lastreados na operação.

Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente e em 4 de março de 2024, o saldo da dívida securitizada referente ao Contrato de Cessão, entre a Companhia e a Virgo era de R\$ 744.344.

	Vencimento	Taxa de juros (a. a):	Principal	Juros e atualização	Amortizações	Total
Recebível securitizado - 1ª Série	05/06/2038	CDI + 3%	192.364	20.918	(5.220)	208.062
Recebível securitizado - 2ª Série	05/06/2038	CDI + 3%	236.756	25.746	(6.424)	256.078
Recebível securitizado - 3ª Série	05/06/2038	IPCA + 6,97%	315.224	28.599	(8.490)	335.333
Total			744.344	75.263	(20.134)	799.473
(-) Custo de Transação			(12.301)	-	648	(11.653)
			(12.301)	-	648	(11.653)
TOTAL			732.043	75.263	(19.486)	787.820
Circulante			21.869	22.131	(19.486)	24.514
Não circulante			710.174	53.132	-	763.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 o custo médio de captação das debêntures securitizadas foi de 12,97% a.a.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Controladora / Consolidado					
	31/03/2024	Efeito Caixa	Efeito não caixa			31/12/2024
		Liquidação	Juros e atualização monetária	Adição de custo de transação	Amortização de custo de transação	
Securitização	738.398	(20.134)	75.263	(6.355)	648	787.820
	738.398	(20.134)	75.263	(6.355)	648	787.820

(i), (ii) e (iii) Até o encerramento do ano 2024, a Companhia realizou os pagamentos de amortização, seguindo o cronograma de pagamentos mensais estipulado na escritura, no montante total de R\$ 20.134.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 1ª Emissão de Debêntures Prumo

A Porto do Açu é Fiadora, enquanto como “Intervenientes Anuentes”: EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 2ª Emissão de Debêntures Virgo

A Prumo e a Porto do Açu são Fiadoras, enquanto como “Intervenientes Anuentes”: EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC.

As garantias prestadas no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Prumo e 2ª Emissão de Debêntures Virgo

As garantias prestadas em favor dos debenturistas são as seguintes:

- Alienação Fiduciária de Ações da Porto do Açu
- Alienação Fiduciária de Ações da Prumo
- Alienação Fiduciária das Cotas do FIP EIG
- Alienação Fiduciária de Ações da Fazenda Caruara
- Alienação Fiduciária das Cotas da Prumo Serviços e Navegação
- Alienação Fiduciária de Ativos
- Alienação Fiduciária dos Imóveis da Área do Meio da Porto do Açu
- Alienação Fiduciária dos Imóveis da Fazenda Caruara
- Carta Compromisso de Imóveis
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Porto do Açu e da Fazenda Caruara
- Cessão Condicional de Direitos Contratuais da Porto do Açu e Fazenda Caruara

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos FIP EIG
Cessão Fiduciária dos Rendimentos das Subsidiárias da Porto do Açu e Prumo
Administração de Contas
Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada da Prumo
Cessão Fiduciária de Conta Vinculada da Porto do Açu
Compromisso de Aporte Açu Investimentos
Alienação Fiduciária de Ações da Açu Investimentos
Cessão Fiduciária de Conta Vinculada da Açu Investimentos
Compromisso para Financiamento Adicional

As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% das Escrituras de Emissão de Debêntures.

Os debenturistas nomearam o Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Cláusulas restritivas (covenants)

A 1ª Emissão de Debêntures Prumo e a 2ª Emissão de Debêntures Virgo possuem covenants financeiros que devem ser medidos, posterior as demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2024 relativas a cada um dos exercícios indicados nas alíneas abaixo.

Dívida Líquida/EBITDA	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Porto do Açu	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

Os Covenants Financeiros serão calculados por meio de uma consolidação das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Porto do Açu detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades.

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos de Emissão de Debêntures da Virgo Empresa de Securitização e da Prumo Logística, os quais a Porto do Açu é fiadora, possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Dentre os eventos de vencimento antecipado não automático se incluem os limites de gastos anuais, pela Porto do Açu, em relação à Capex, OpEx e SG&A, sendo todos os limites corrigidos anualmente pelo IPCA.

Obrigações adicionais

Conforme contratos de emissão das Debêntures, os quais a Porto do Açu é fiadora, no fechamento de cada exercício social a Companhia deverá verificar a existência de excedente de saldo no caixa livre, conforme estipulado no contrato de emissão, sendo necessária a transferência desse excedente para uma conta bancária de titularidade de sua *Holding* Prumo Logística.

22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS	740	766	753	779
PIS/COFINS	16.014	11.728	16.014	11.768
ICMS	26	308	95	308
IRRF	1.282	1.130	1.285	1.143
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	382	257	395	279
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ e CSL")		-		1.119
INSS retido de terceiros	468	282	504	316
IPTU (a)	15.712	7.641	15.712	7.663
ITR (b)	1.472	-	1.472	-
Outros	33	22	34	-
	36.129	22.134	36.264	23.375
Circulante	4.309	10.467	4.444	11.708
Não Circulante	31.820	11.667	31.820	11.667

- a) Refere-se ao reconhecimento do IPTU dos anos de 2023 (R\$ 7.641) e 2024 (R\$ 8.071) que se encontram em negociação por Processo Administrativo / Judicial.
- b) Trata-se do reconhecimento do passivo relativo a um acordo de parcelamento para encerrar processo administrativo relativo ao ITR do ano de 2009 cobrado na aquisição da Reserva Caruara.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(422.176)	(579.490)	(416.775)	(571.403)
Ajustes de Consolidação	-	-	(7.506)	(6.917)
Prejuízo líquido ajustado	(422.176)	(579.490)	(424.281)	(578.320)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	143.540	197.027	144.256	196.629
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças permanentes	(5.072)	(3.580)	(4.986)	(4.007)
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	23.574	10.317	23.578	10.353
Créditos fiscais não reconhecidos - Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	(159.933)	(203.764)	(160.739)	(204.167)
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%)	-	-	-	42
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	2.109	-	2.109	(1.150)
Alíquota efetiva	-0,50%	-	-0,50%	0,20%
IR e CSL Corrente	-	-	-	(1.119)
IR e CSL Diferido	2.109	-	2.109	(31)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	2.109	-	2.109	(1.150)

- Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 – Impostos diferidos, até o período findo de 31 de dezembro de 2024, a Porto do Açu realizou provisão para não realização de créditos fiscais diferidos no montante de R\$1.857.355 (R\$1.720.194 em 31 de dezembro de 2023), referentes ao ativo fiscal diferido apurado até o determinado período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.
- Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de dezembro de 2024, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as Informações financeiras intermediárias.

23 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dragagem	2.631	-	2.631	-
Desapropriação de Terrenos	169	975	197	975
Serviços de Implantação e Infra	4.397	8.677	4.582	9.061
Serviços Operacionais	18.836	12.492	19.170	12.638
Serviços Adm. e TI	10.262	11.069	10.635	11.454
Outros	4.191	6.518	4.262	6.556
	40.486	39.731	41.477	40.684
Circulante	40.486	39.731	41.477	40.684

A expectativa para cumprimento de todas as obrigações com fornecedores é apresentada no quadro a seguir:

Aging list contas a pagar em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
A vencer	17.328	18.141
A vencer em até 30 dias	10.428	10.515
A vencer entre 2 e 6 meses	12.663	12.754
A vencer entre 7 meses e 1 ano	67	67
Total	40.486	41.477

Por outro lado, a expectativa em 31 de dezembro de 2023 se apresentava conforme quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Vencidos	546	549
A vencer em até 30 dias	38.706	39.656
A vencer entre 2 e 6 meses	479	479
Total	39.731	40.684

24 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado				2024
	2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	
Trabalhistas (a)	1.424	508	(488)	102	1.546
Cível (b)	12.218	232	(110)	373	12.713
	13.642	740	(598)	475	14.259

- (a) Ações Trabalhistas: R\$ 1.546 (R\$ 1.424 em 31 de dezembro 2023) relacionado a diversas reclamações trabalhistas, em sua maioria ajuizada em face de subcontratados da Companhia.
- (b) Ações Cíveis: R\$ 12.212 (R\$11.848 em 31 de dezembro) em virtude da ação judicial proposta pela Mecanorte visando o ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de dois contratos firmados com a Companhia, um de fornecimento de material pétreo e outro de empreitada R\$ 501 (R\$370 em 31 de dezembro de 2023) se refere à provisão de pagamento de indenização complementar em processos de desapropriação oriundos da criação do Distrito Industrial de São João da Barra, nos quais Companhia vem realizando os pagamentos em decorrência dos contratos celebrados com a CODIN

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais	82.262	79.514	94.015	91.219
Trabalhistas	4.859	7.848	4.859	7.848
Cíveis	50.886	54.200	50.886	54.200
	138.007	141.562	149.760	153.267

Em 31 de dezembro de 2024, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 72.518 (R\$ 59.515 em 31 de dezembro de 2023); (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural ("ITR") valor de R\$ 12.853, destacando o valor na área da Fazenda Caruara R\$11.697 (R\$ 11.801 em 31 de dezembro de 2023) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$ 8.588, R\$ 56 na Fazenda Caruara (R\$8.202 em 31 de dezembro de 2023).

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, ações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intineres", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, totalizando o montante aproximado de R\$ 4.859 (R\$ 7.848 em 31 de dezembro de 2023).

Processos cíveis: O valor total de R\$ 50.886 (R\$ 54.200 em 31 de dezembro de 2023), decorre de ações cíveis gerais, ações de desapropriação e ações de natureza ambiental, conforme descrito abaixo:

- **Ações cíveis gerais:** em sua maioria indenizatórias, relacionadas a contratos celebrados entre a Companhia ou suas controladas e prestadores de serviços. A melhor estimativa para esses casos soma um montante consolidado de R\$ 29.907 em 31 de dezembro de 2024 (34.770 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ações de desapropriação:** Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início à implementação do Distrito Industrial de São João da Barra, sendo necessária, para tanto, a desapropriação de imóveis localizados na área.

Em 2010, a Companhia celebrou com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), ente da estrutura estatal fluminense, Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, por meio da qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos judiciais em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos, discute-se exclusivamente o valor justo da indenização a ser paga aos antigos proprietários. Neste contexto, os valores inicialmente depositados em juízo pela CODIN para fins de indenização conferem parcial proteção financeira à Companhia, no entanto, a depender do resultado de cada processo, pode ser necessária a complementação dos referidos valores, motivo pelo qual os assessores legais da Companhia entendem e classificam com prognóstico de perda possível. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2024, o valor estimado de complementação em processos com sentença já prolatada pelo Poder Judiciário totaliza uma perda possível de R\$ 20.979 (R\$ 19.430 em 31 de dezembro de 2023).

Processos ambientais: são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Acionistas	2024		2023	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	4.823.302	98,99	3.228.691	98,5
PAI Invest N.V.	49.048	1,01	49.048	1,5
	4.872.350	100,00	3.277.739	100,00

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de março de 2024, foi decidido pelo aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 1.594.611 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,33 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$5.310.057 destinados à conta de capital social da Companhia em forma de carta de crédito.

Em 26 de agosto de 2024 se realizou reunião de Assembleia Geral Extraordinária onde se decidiu pela redução do capital da Companhia por se entender que era excessivo em relação ao seu objeto social. Foi restituído a Prumo Logística S.A o montante de R\$ 3.564 e a PAI Invest N.V. o montante de R\$ 36. Não ocorreu mudança na quantidade de ações.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

O montante total do saldo de AFAC de R\$ 225.400 de 31 de dezembro de 2023 foi integralizado, pela reunião de Assembleia Geral Extraordinária de 15 de março de 2024. Não existe saldo em aberto referente a AFACs em 31 de dezembro de 2024.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no período atual e comparativo tendo em vista o prejuízo apurado.

d. Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios e ganhos nas variações percentuais com empresas investidas. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; e v) pagamento de dividendo cumulativo. Durante o exercício de 2024 foi feita integralização de capital com uso de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 225.400 além do reconhecimento de perda de variação percentual de participação de investidas, no valor de R\$2, o que levou ao valor final da rubrica, em 31 de dezembro de 2024, ao total de R\$ 21.597 (R\$ 246.999 em 31 de dezembro de 2023).

26 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel do retro área e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos aos fatores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta - Gerais				
Cessão direito real de superfície	212.647	206.087	213.186	206.562
Serviços portuários	305.606	229.215	305.606	229.215
Fornecimento de água	-	-	-	10.328
Serviços ambientais	-	-	920	733
Total receita bruta - Gerais	518.253	435.302	519.712	446.838
Receita bruta - Partes Relacionadas				
Cessão direito real de superfície	21.873	22.833	23.658	21.298
Serviços portuários	3.089	2.719	3.089	2.719
Fornecimento de água	-	-	-	545
Serviços ambientais	-	-	294	319
Total receita bruta - Partes Relacionadas	24.962	25.552	27.041	24.881
Total Geral Receita Bruta	543.215	460.854	546.753	471.719
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(55.641)	(47.020)	(55.991)	(48.039)
Receita líquida	487.574	413.834	490.762	423.680

Os contratos ativos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

27 Custos dos serviços prestados

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Salários e encargos		(40.623)	(35.077)	(40.729)	(36.092)
Bônus		(7.002)	(6.089)	(7.002)	(6.248)
Serviços de terceiros		(65.774)	(46.558)	(71.348)	(52.995)
Depreciação e amortização	16 e 17	(155.350)	(153.141)	(155.810)	(153.815)
Aluguéis		(6.064)	(3.702)	(6.148)	(3.832)
Amortização direito de arrendamento	18	(6.580)	(9.500)	(6.609)	(9.594)
Seguros diversos		(2.846)	(2.822)	(2.846)	(2.852)
Serviços portuários		(7.671)	(947)	(7.671)	(948)
Serviços Ambientais/Forn Águas - Partes relacionadas	19	(3.003)	(2.011)	(855)	-
Custos diversos		(4.332)	(7.114)	(5.123)	(7.984)
		(299.245)	(266.961)	(304.141)	(274.360)

28 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Salários e encargos		(42.626)	(41.658)	(42.630)	(41.961)
Bônus		(16.553)	(17.115)	(16.553)	(17.115)
Serviços de terceiros		(42.792)	(26.917)	(42.880)	(27.224)
Aluguel/Forn. Água - Part Relacionadas	19	(8.085)	(9.047)	(8.085)	(8.653)
Viagens e estadias		(2.022)	(2.260)	(2.022)	(2.260)
Aluguéis e arrendamentos		(1.506)	(1.509)	(1.506)	(1.509)
Provisão contingência cível	24	(122)	(68)	(122)	(68)
Impostos e taxas		(10.872)	(8.502)	(11.381)	(8.982)
Depreciação e amortização	16 e 17	(9.405)	(9.490)	(3.867)	(3.447)
Provisão de contingências trabalhistas	24	(20)	(47)	(20)	(47)
Amortização direito de arrendamento	18	(1.206)	(1.175)	(1.206)	(1.174)
Licença de uso de software		(4.070)	(2.707)	(4.070)	(2.707)
Publicidade		(1.496)	(915)	(1.523)	(974)
Despesas diversas		(5.375)	(8.387)	(5.379)	(8.413)
		(146.150)	(129.797)	(141.244)	(124.534)

29 Resultado financeiro

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras					
Despesas bancárias		(313)	(717)	(486)	(891)
Corretagem e comissões		(6.623)	(1.657)	(6.623)	(1.657)
Juros sobre empréstimos (a)	20	(122.502)	(546.399)	(122.502)	(546.399)
Juros e atualização monetária Securitização (c)	21	(75.263)	-	(75.263)	-
Juros sobre arrendamentos	18	(1.097)	(1.795)	(1.097)	(1.804)
Atualização monetária sobre contingência	24	(475)	(267)	(475)	(267)
Atualização monetária (b)	20	(34.637)	(90.815)	(34.637)	(90.815)
Amortização de custo de transação	19 e 21	(193.660)	(25.610)	(193.660)	(25.610)
Liquidação Dívida – Fee (d)		(118.944)	-	(118.944)	-
Outras despesas financeiras		(7.483)	(376)	(7.489)	(409)
		(560.997)	(667.636)	(561.176)	(667.852)
Receitas financeiras					
Juros sobre aplicações financeiras		4.050	6.932	4.050	7.323
Juros ativos		186	321	201	345
Juros s/ depósitos judiciais	10	3.251	2.148	3.251	2.210
Atualização monetária - partes relacionadas	19	53.236	69.234	53.236	69.234
Outras receitas financeiras		678	414	679	509
		61.401	79.049	61.417	79.621
Resultado financeiro líquido		(499.596)	(588.587)	(499.759)	(588.231)

- a) Juros sobre empréstimos de R\$ 91.263 (R\$407.786 em 31 de dezembro de 2023) com BNDES e R\$ 31.239 (R\$138.613 em 31 de dezembro de 2023) sobre Debêntures.
- b) Atualização monetária sobre Debêntures
- c) Juros e atualização monetária sobre a operação de securitização com a empresa VIRGO.
- d) Pagamento de Fees (“taxas”) aos Bancos Bradesco e Santander na operação de liquidação da dívida.

30 Compromissos assumido

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas possuem compromissos de compras futuras firmados no valor de R\$ 879.831 (R\$768.160 em 31 de dezembro de 2023), que tem expectativa de serem cumpridos conforme acordado em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)



	Combinado	
	2024	2023
Porto do Açu (a)	867.645	750.483
AEWS (b)	-	5.650
Reserva ambiental (c)	12.145	11.902
Outros	41	125
	879.831	768.160

- (a) O principal compromisso assumido pela empresa se refere ao contrato de obra civil e dragagem referente as expansões realizadas no Cais no T-MULT, sendo todo o valor restante alocados em contratos de locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas, como: vigilância e segurança, suporte T.I. transporte de funcionários, alimentação, seguros de vida e saúde, viagem, consultorias, manutenção, energia.
- (b) Refere-se a gastos gerais e administrativos das naturezas de serviço como: consultorias, serviço de manutenção, energia, compra de equipamentos e entre outros.
- (c) Gastos com construção e despesas gerais das naturezas de serviços como: vigilância e segurança, planejamento e execução de obra de engenharia e outros.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto e longo prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

				2024		2023	
	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	6	custo amortizado	-	1.124	1.124	1.015	1.015
Aplicações financeiras	6	custo amortizado	-	73.838	73.831	40.982	40.973
Caixa restrito	6	custo amortizado	-	-	-	49.003	49.003
Caixa restrito – Operação Virgo		custo amortizado	-	2.000	2.000	-	-
Clientes	7	custo amortizado	-	283.226	281.096	232.053	230.051
Depósitos bancários vinculados		custo amortizado	-	3.428	3.428	3.423	3.423
Depósitos restituíveis	10	custo amortizado	-	51.396	51.396	50.430	50.430
Créditos a receber	19	custo amortizado	-	650.635	650.635	596.806	596.806
Debêntures - DIP (*)	12	custo amortizado	Nível 2	688.646	1.553.701	688.646	1.553.701
Créditos com terceiros	13	custo amortizado	-	68.682	68.682	68.682	68.682
Contas a receber gerado em venda de controlada		custo amortizado	-	3.565	3.565	-	-
				1.826.540	2.689.458	1.731.040	2.594.084
Passivos							
Fornecedores	23	custo amortizado	-	41.477	41.477	40.684	40.684
Empréstimos, financiamentos - BNDES	20	custo amortizado	Nível 2	-	-	3.318.467	3.318.467
Debêntures - FIGTS	20	custo amortizado	Nível 2	-	-	2.101.372	2.101.372
Cessão de recebível securitizado	21	custo amortizado	Nível 2	787.820	799.473	-	-
Outros passivos financeiros	19	custo amortizado	-	3.557	3.557	2.584	2.584
Adiantamento de clientes		custo amortizado	-	627	627	4.424	4.424
Passivo de arrendamentos	18	custo amortizado	-	10.901	10.901	18.346	18.346
				844.382	856.035	5.485.877	5.485.877

(*) valor justo apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

A operação de securitização é mensurada ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$ 799.473 em 31 de dezembro de 2024, mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

As mensurações de valor justo reconhecidas nas demonstrações contábeis

consolidadas são agrupadas em níveis, baseadas no grau em que cada valor justo é observável. Para ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Riscos de Mercado

(ii) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia. Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Cessão de recebível de securitizado, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, 100% do montante da dívida securitizada da Companhia estava associada aos índices de moedas locais, sendo 44,78% corrigidos pelo IPCA e 55,22% pelo CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas essencialmente pelo IGP-M ou pelo IPCA e os recursos financeiros estão aplicados em um fundo, do banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como CDI e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de hedge para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base.

O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, do Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2024	2023	2024	2023	2024	31/12/2023
Séries CDI	1.178.346	-	203.586	-	444.062	-
Série IPCA	643.004	-	13.789	-	27.301	-
Total	1.821.350	-	217.375	-	471.363	-

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2024 e foram disponibilizadas até 2028. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2024	2025	2026	2027	2028	2028 em diante
Selic (%a.a.)	12,25	15,00	12,00	10,00	10,00	10,00
IPCA (%a.a.)	4,89	4,99	4,03	3,90	3,50	3,50

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do

passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures securitizadas e corrigidas pelo IPCA e CDI, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

Banco	Rating (Fitch)
Banco Bradesco S.A.	AAA Nacional
Banco Santander Brasil S.A.	AAA Nacional
Caixa Econômica Federal	AAA Nacional

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

nível de inadimplimento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplimento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2024. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado - 31/12/2024						
Nota	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	23 41.477	-	-	-	-	41.477
Cessão de recebível securitizado	21 11.765	12.677	27.011	337.789	1.432.108	1.821.350
Outros passivos financeiros	3.557	-	-	-	-	3.557
Passivo de arrendamento	18 2.296	3.334	2.306	2.599	366	10.901
Adiantamentos de clientes	627	-	-	-	-	627
Outras obrigações	-	-	-	-	484	484
Total por faixa de prazo	59.722	16.011	29.317	340.388	1.432.958	1.878.396

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado - 31/12/2023						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	40.684	-	-	-	-	40.684
Empréstimos, financiamentos e debêntures	263.004	289.770	675.888	2.341.912	7.109.490	10.680.064
Outros passivos financeiros	2.584	-	-	-	-	2.584
Passivo de arrendamento	4.253	3.308	5.495	3.983	1.307	18.346
Adiantamentos de clientes	4.424	-	-	-	-	4.424
Total por faixa de prazo	314.949	293.078	681.383	2.345.895	7.110.797	10.746.102

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as coberturas de seguros eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado ^(a)	
	2024	2023	2024	2023
Riscos operacionais - Danos materiais	110.390	91.947	117.390	105.107
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	415.652	320.885	419.152	330.885
Lucros cessantes	346.769	271.079	346.769	274.079
	872.811	683.911	883.311	710.071

- (a) Ainda que não ocorra a consolidação do balanço da AEWS foram considerados os valores dos seguros desta sociedade por ela ser participante do grupo Porto do Açu e da rubrica se tratar de cobertura de seguros aplicáveis a todas as empresas que contém apólices.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)



* * *

Composição de Diretoria

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Presidente

Marcelo Chaladovsky
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes
Diretora Jurídica

João Paulo Braz
Diretor Comercial e de Terminais

Bernardo Duarte
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 112.921/O-7